

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os trabalhadores e as trabalhadoras da empresa High Point, Lda., que presta serviços de limpeza à CP – Comboios de Portugal, estão sem receber o seu salário desde o dia 8 de dezembro de 2024. De acordo com as informações que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda recolheu, os salários há vários meses que não são pagos pontualmente, até ao final do mês, mas sempre com atraso, apenas a dia 8 do mês seguinte. O incumprimento definitivo aconteceu no mês de dezembro de 2024, não tendo a empresa ainda pago os salários relativos a esse mês.

O STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviço de Portaria, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversa convocou uma greve para o dia 24 de janeiro de 2025, exigindo o pagamento do salário de dezembro de 2024 a estes trabalhadores e a estas trabalhadoras.

Com salários baixos e sem receberem qualquer vencimento há cerca de um mês e meio, vários destes trabalhadores e destas trabalhadoras relatam situações pessoais insustentáveis, em que a falta de rendimentos já atinge o núcleo fundamental das suas obrigações e contexto familiar, o que exige a imediata resolução deste incumprimento por parte da empresa.

Estes trabalhadores e estas trabalhadoras desempenham funções essenciais para o funcionamento do transporte público ferroviário e, embora estejam formalmente ao serviço desta empresa intermediária, cumprem funções permanentes da CP – Comboios de Portugal.

O Governo tem, pois, particular responsabilidade e dever de atuação sobre esta matéria. Desde logo, porque se trata de um claro abuso patronal, com efeitos devastadores sobre os trabalhadores e as trabalhadoras, tratando-se de uma situação que reclama a imediata ação da Autoridade para as Condições do Trabalho. Mas também porque este incumprimento do pagamento do salário decorre no contexto da execução de um contrato de prestação de serviços com uma entidade pública, devendo o Governo tomar todas as iniciativas por forma a assegurar que a empresa cumpre a lei laboral e respeita os direitos destes e destas profissionais.

Acréscimo ainda que estes trabalhadores e estas trabalhadoras têm visto os seus direitos laborais – como o direito ao salário – sistematicamente violado pelas empresas vencedoras dos sucessivos concursos que são lançados pelo Governo, muitas delas com um longo histórico de incumprimento de direitos laborais, de que é exemplo a situação que ocorreu com a empresa Ambiente & Jardim em 2021. Neste caso, o anterior Governo viu-se obrigado a rescindir o contrato com esta empresa pela pressão a que foi sujeito, por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras, do Sindicato e também dos partidos políticos.

A administração da empresa High Point, Lda. não pagou os salários de dezembro a centenas de trabalhadores e trabalhadoras que asseguram as funções de limpeza e desinfeção dos comboios da CP – Comboios de Portugal e o salário é um meio essencial, e na maioria dos casos o único, para garantir a subsistência destes trabalhadores e destas trabalhadoras, e das respetivas famílias. Incumbe ao Governo exigir a reposição da legalidade e o pagamento de salários e analisar as consequências que devem ser impostas à empresa como consequência desta conduta inaceitável.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes questões:

1. Tem o Governo conhecimento da situação de salários em atraso que afeta os trabalhadores e as trabalhadoras da limpeza dos comboios da CP ao serviço da High Point, Lda.?
2. Que diligências estão a ser tomadas ou serão tomadas pela Autoridade para as Condições do Trabalho, por forma a obrigar a empresa a regularizar o pagamento dos salários?
3. Que medidas vai o Governo adotar para garantir que esta conduta, que viola o direito ao salário destes trabalhadores e destas trabalhadoras não se volta a repetir, atendendo que esta prestação de serviços decorre de uma empresa contratada por uma entidade pública?

Palácio de São Bento, 17 de janeiro de 2025

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

ISABEL PIRES(BE)